

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A.
EMTU/SP
Relatório da Administração 2018

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem a Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e 28 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO

1.1. POR REGIÃO

- **Região Metropolitana de São Paulo**

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 549 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota de 4.560 ônibus. Em 2018 foram transportados na RMSP mais de 500 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.771 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No mesmo período, nos dois serviços, Regular e Fretamento, foram realizadas 8,2 mil fiscalizações e 24,3 mil inspeções de frota.

Nessa região está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi operado pela Concessionária Metra, com 45 km de faixas exclusivas e compartilhadas para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 12,3 km de extensão, sendo 9,6 km de faixa exclusiva em Guarulhos. Esse sistema possui projeto de expansão.

O edital de licitação da nova concessão das linhas intermunicipais da RMSP para quatro áreas de operação, mais a Área 5 (cidades do ABC) que opera em regime de permissão, está em fase final de ajustes.

Atualmente quatro concessionárias operam na RMSP:

Concessionária	Principais Municípios
INTERVIAS – Área 1	Cotia, Embu das Artes, Taboão da Serra, Itapeverica da Serra
ANHANGUERA – Área 2	Osasco, Barueri, Santana do Parnaíba
INTERNORTE – Área 3	Guarulhos, Mairiporã, Arujá
UNILESTE – Área 4	Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos

- **Região Metropolitana da Baixada Santista**

A RMBS é formada por nove cidades e por elas circulam 65 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota de 523 ônibus que em 2018 transportaram mais de 65 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.666 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2018, nos dois sistemas, Regular e Fretamento, foram realizadas 5,6 mil fiscalizações e 2,4 mil inspeções de frota.

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2018 esse sistema transportou 7 milhões de passageiros.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias – Valongo, em Santos (em licitação), e Barreiros - Samaritá, em São Vicente (em projeto).

- **Região Metropolitana de Campinas**

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 152 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota 418 ônibus que em 2018 transportaram mais de 40 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.549 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2018, nos sistemas Regular e Fretamento foram realizadas 5,5 mil fiscalizações e 11,2 mil inspeções de frota.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra 70% das viagens na RMC. Esse sistema está em expansão com obras em andamento.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

- **Região Metropolitana do Vale do Paraíba/Litoral Norte**

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 82 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota 404 ônibus que transportaram em 2018 mais de 20 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 2.076 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2018, nos dois sistemas, Regular e Fretamento, foram realizadas 5,1 mil fiscalizações e 4,7 mil inspeções de frota.

Estão em andamento estudos para a estruturação do transporte metropolitano na RMVPLN.

- **Região Metropolitana de Sorocaba**

A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 82 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota de 181 ônibus. Em 2018 mais de 14 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.898 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2018, nos dois sistemas, Regular e Fretamento, foram realizadas 1,3 mil fiscalizações e 3,3 mil inspeções de frota.

Pesquisa Origem e Destino na RMS - a EMTU/SP concluiu em 2018 a etapa de planejamento da Pesquisa Origem e Destino, por meio de levantamentos, caracterização, zoneamento, dimensionamento e preparação para a Pesquisa OD Domiciliar e de Linha de Contorno. Nesse período também foi elaborado o Termo de Referência (TR) para o edital de contratação de Sistemas e Execução da Pesquisa em campo, que deverá ocorrer no 1º semestre de 2019.

A RMS terá sede própria na cidade de Sorocaba em terreno cedido pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em 23 de outubro de 2018 (data de assinatura do Termo de Cessão de Uso). O terreno possui área de 2.563,72 m² e o projeto construtivo prevê a instalação da sede administrativa, área de inspeção veicular e estacionamento de veículos apreendidos pela fiscalização.

1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR

- **Passageiros transportados**

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	505
RMBS	65
RMC	40
RMVPLN	22
RMS	14
Total Geral	646

- **Características da frota – Sistema Regular**

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	7,19	3.707	4.560
RMBS	4,19	475	523
RMC	7,85	280	418
RMVPLN	5,56	159	404
RMS	8,08	100	181
TOTAL	6,57	4.721	6.086

1.3. OUTROS SERVIÇOS

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 209 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

Ponte ORCA Zoo - (Operador Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na plataforma A. A operação é feita por três micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Fretamento Metropolitano – é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido e pagamento periódico por parte do contratante. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 19,4 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

Airport Bus Service – ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda, Praça da República e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As quatro linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas estofadas e reclináveis, sistema wi-fi, tomadas, mesa para laptops, ar condicionado e toalete.

Serviço Corujão – três linhas metropolitanas operam 24 horas às sextas-feiras e aos sábados para atender aos passageiros que frequentam as casas noturnas da região Oeste da capital paulista.

1.4. INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca 6 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 534 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 209 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 19,4 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos

Nas inspeções realizadas nas garagens das empresas operadoras, são verificados mais de 400 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos.

Região Metropolitana	Inspeções – Regular + Fretamento
RMSP	24.325
RMBS	2.490
RMC	11.295
RMVPLN	4.759
RMS	3.398
TOTAL	46.267

1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2018, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 2.613 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 526 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 267 atualizações, 243 correções e 16 criações de linhas. Foram registradas ainda 272.556 Ocorrências Operacionais, atendidas 40 operações no PAESE – Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência – e 163 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

1.6. AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

- Criação de 13 linhas e serviços complementares nas regiões
- Realizadas 1.173 intervenções para ajustes de tabelas horárias, itinerários, frotas, etc
- Elaborados 375 estudos técnicos e 319 informações técnicas para a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)

Em fevereiro a EMTU/SP reorganizou as linhas metropolitanas que atendem aos municípios da região Oeste da RMSP com o início da operação do Terminal Luiz Bortolosso – km 21, em Osasco, que faz parte do Corredor Itapevi – Osasco, em construção. As mudanças propiciaram maior produtividade ao sistema, criação de duas linhas principais com destino à capital e a integração e adequação de itinerários 41 linhas em oito cidades.

Para melhorar a mobilidade dos usuários com um menor custo nas viagens entre os municípios da RMSP, foram criadas integrações com desconto, por meio do Cartão BOM,

entre linhas metropolitanas ligando Cotia e Itapevi, Alto Tietê e Guarulhos e Itapeçerica da Serra e Suzano.

Na RMC, 75 mil passageiros passaram a contar com a infraestrutura do Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira, em Campinas, em virtude da transferência de 24 linhas intermunicipais da Rua Doutor Ricardo para aquela área, propiciando mais segurança e conforto aos usuários dos serviços de transporte intermunicipal.

1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O IQT – Índice de Qualidade do Transporte é uma ferramenta de avaliação da qualidade dos serviços de transporte, baseada em indicadores de desempenho que refletem o padrão dos serviços prestados por permissionárias e concessionárias à população. O índice geral é composto por índices parciais: frota, operação, desempenho econômico-financeiro e satisfação do cliente. Em 2018 foram aplicadas 15.059 entrevistas com os usuários das Regiões Metropolitanas.

2. CORREDORES METROPOLITANOS E VLT

2.1. CORREDOR METROPOLITANO ABD (São Mateus–Jabaquara) e Extensão Diadema - São Paulo (Morumbi)

Liga São Mateus, zona Leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona Sul, atravessando quatro municípios do ABC: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. Conta com 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus, nove terminais de integração, além da extensão compartilhada de 12 km que liga Diadema a São Paulo (Morumbi).

A Concessionária Metra, responsável pela operação desse sistema, investe na frota e no trabalho de formação e qualificação dos seus profissionais. Em 2018, manteve diversas ações e programas com foco na sustentabilidade e na preservação ambiental, a exemplo do “Corredor Verde” que promove o plantio de árvores ao longo do corredor, com espécies nativas da Mata Atlântica e típicas da região. A quantidade nos últimos dez anos já ultrapassou a 10 mil unidades.

2.2. CORREDOR GUARULHOS - SÃO PAULO (TUCURUVI)

O Corredor Guarulhos – São Paulo (Tucuruvi) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na região nordeste da cidade de São Paulo. Atualmente está em operação o trecho de 12,3km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, dos quais 9,6 km são de faixa exclusiva para ônibus.

- **Trecho Vila Endres/Tiquatira/Penha**

O trecho com 4,08 km já possui Projeto Executivo concluído, considerando as desapropriações pontuais nas áreas onde estão previstas as construções das estações de embarque e desembarque. A definição do traçado depende de aprovação da administração municipal de Guarulhos.

- **Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô**

O Projeto Executivo contempla 4,5 km e prevê uma revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovias ao longo do traçado.

2.3. CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI – SÃO PAULO

O traçado do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo, de 23,6 km, começa junto à Estação de Transferência Itapevi, da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba terminando na divisa entre Osasco e São Paulo. Futuramente haverá integração com os ônibus municipais de São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

- **Trecho Itapevi – Jandira (5 km)**

Foram entregues em março 5 km de viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira. São elas: Benedito de Abreu, Conjunto Habitacional Cardoso, Ameríndia, Antônio Cardoso Fonseca, Rosa Maria, Mariana e Prestes Maia.

- **Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba (8,8 km)**

As obras desse trecho foram retomadas em março de 2018. Serão construídas a cobertura do Terminal Carapicuíba, a Estação de Transferência de Barueri além da conclusão de 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vitório Fornazaro, Santa Terezinha e Presidente Vargas. A previsão é que o trecho seja concluído em 2019.

- **Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco Km 21 (2,2 km)**

Esse trecho já conta com o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes dessa ligação foram contratadas em julho de 2018 e aguardam a Licença Ambiental de Instalação da CETESB, para ser dada ordem de início em relação à liberação de área ocupada às margens da ferrovia da linha 8 da CPTM. O contrato contempla a construção do viaduto Carapicuíba, alças de acesso à Parada Brasil e a conclusão da Parada Fórum. A previsão de entrega é para 2020.

- **Trecho km 21 Osasco – Terminal Vila Yara - Osasco - (7,6 km)**

O contrato das obras desse trecho contempla a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). Teve seu início em março de 2018. O viário de 10 Estações de embarque e desembarque já conta com os projetos Básico e Executivo e Licença Ambiental Prévia.

2.4. BRT METROPOLITANO PERIMETRAL LESTE (Jacu Pêssego)

O Projeto Básico do BRT Metropolitano Perimetral Leste foi concluído em novembro de 2017 e foi dividido em dois trechos:

- **Trecho 1, em Guarulhos - 7,7 km**

Inclui a ampliação do Terminal CECAP, adequação viária entre a Avenida Monteiro Lobato, em Guarulhos, e a Rodovia Ayrton Senna e seis Estações de Embarque e Desembarque.

- **Trecho 2, em São Paulo - 14,4 km**

Corredor exclusivo na Avenida Jacu Pêssego, na zona leste da capital, inclui uma Estação de Transferência (Dom Bosco) com integração à Linha 11 Coral da CPTM e 15 Estações de Embarque e Desembarque.

Será interligado ao corredor planejado pela SPTrans, previsto para seguir até o Terminal Metropolitano São Mateus. Com isso, será concluído um novo eixo de conexão perimetral entre Guarulhos e o ABC paulista. A demanda prevista para esse sistema de transporte é de 175 mil passageiros por dia.

O Projeto Básico do empreendimento está concluído. A licitação para contratação do projeto executivo foi revogada em junho de 2018 até o equacionamento das desapropriações, adequação de ciclovia e compatibilização dos sistemas operacionais metropolitano e municipal.

2.5. BRT METROPOLITANO PERIMETRAL ALTO TIETÊ (Arujá – Ferraz de Vasconcelos)

Terá 20,2 km de extensão ligando Arujá a Ferraz de Vasconcelos, passando por Itaquaquetuba e Poá. Inclui a construção de 25 Estações de Embarque e Desembarque, dois terminais, duas Estações de Transferência, além da reforma do terminal Cidade, dos viadutos em Arujá e Ferraz de Vasconcelos e novo viário de 0,8 Km. A estimativa é de que esse Corredor transporte 82,5 mil passageiros por dia. O empreendimento foi dividido em três trechos:

- **Trecho 1 – em Arujá**

Extensão de 2,0 km incluindo a construção do Terminal Arujá

- Projeto Básico concluído em dezembro 2017
- O Projeto Executivo tem previsão de conclusão em 2019

- **Trecho 2 - Arujá – Itaquaquetuba**

Com 10,7 km de extensão, inclui a construção da Estação de Transferência Estrada do Corredor (trecho compartilhado com execução de obras do DER – Rodovia SP 056)

- Projeto Básico concluído em dezembro de 2018
- Projeto Executivo com previsão de conclusão em 2019

- **Trecho 3 – Itaquaquetuba – Poá – Ferraz de Vasconcelos**

Extensão de 7,5 km inclui a construção da Estação Monte Belo, Terminal Kemel (reforma) e Terminal Ferraz de Vasconcelos:

- Projeto Básico está previsto para março de 2019
- Projeto Executivo está previsto para ser contratado no segundo semestre de 2019.

Entre janeiro e fevereiro de 2018 foram realizadas audiências públicas em Itaquaquetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Arujá, programadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento.

2.6. SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO (VLT - Veículo Leve Sobre Trilhos e BRT)

O SIM da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e linhas de ônibus metropolitanas que atendem aos nove municípios da RMBS. Em Setembro (11/09/18), decreto do Diário Oficial do Estado denominou o SIM/VLT como Complexo Geraldo Volpe.

- **Trecho São Vicente (Barreiros) – Porto (Santos) – 11,5 km**

Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. O trecho conta com um pátio de estacionamento e manobras para seis VLTs, localizado no Terminal Barreiros para apoio à circulação dos VLTs no sentido Barreiros-Porto, um bicicletário com capacidade para 100 unidades e um edifício de apoio de 164 m² de área, que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores.

Localizado na região do Porto de Santos, o pátio de manutenção e estacionamento tem capacidade para 33 VLTs, conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos entre outros itens. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações do VLT, instalado em prédio de 3.050 m². O CCO conta com nove consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros, segurança das estações e vias.

Em 2018 o intervalo entre partidas foi reduzido de 10 para 8 minutos, aumentando a oferta de lugares O horário de operação é das 5h30 às 23h30,

Em 2018 os últimos dois trens foram entregues no 1º bimestre, totalizando 22 VLT's disponíveis para operação. Em março de 2018 foi concluída a instalação das portas-plataforma nas cinco estações restantes do trecho Barreiros-Porto (Itararé, João Ribeiro, N.S. Lourdes, Pinheiro Machado e Terminal Porto). As estações que receberam os equipamentos foram: Itararé, João Ribeiro, N.S. Lourdes, Pinheiro Machado e Terminal Porto, completando as 15 estações do trecho Barreiros-Porto.

- **Trecho Conselheiro Nébias – Valongo – (Santos)**

Terá 8 km de extensão e 14 estações de embarque. Em dezembro de 2018 foi republicado o edital de contratação das obras do trecho Conselheiro Nébias – Valongo, em Santos. A sessão pública para a entrega das propostas está agendada para fevereiro. A estimativa é de que com a construção desse trecho o SIM/VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já estão contratados para essa ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

- **Trecho Barreiros - Samaritá (São Vicente)**

Terá 7,5 km de extensão. Os projetos básicos desse trecho foram concluídos em novembro de 2018. Está prevista a publicação do edital de contratação dos projetos executivos em 2019.

Os projetos de recuperação e ampliação da Ponte “A Tribuna” têm por objetivo atender à demanda desse trecho do VLT e foram contratados em outubro de 2018. Os estudos a serem desenvolvidos pela empresa contratada começaram em dezembro de 2018 e deverão ser concluídos em oito meses.

- **BRT Metropolitano Litoral Sul**

O projeto funcional foi concluído. Prevê a interligação de 30,4 km do Litoral da Praia Grande (Caçara) com a Estação São Vicente do VLT, na área insular deste município..

2.7. CORREDOR METROPOLITANO VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE)

Com parte das obras entregues em 2018, o corredor da RMC possui 31,7 km extensão, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total 20,9 km são de faixas exclusivas para ônibus. Em Campinas, o Corredor conta com 3,8 km de faixas exclusivas, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, uma Estação de Transferência e mais duas paradas com elevador, além das Paradas Alberto Sarmiento e Balão do Tavares. Em Hortolândia há 3,5 km de faixas exclusivas, o Terminal Hortolândia, além da Estação de Transferência Pinheiros. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência km 101 – Maria Antônia, próxima à Rodovia Anhanguera, fora do eixo do corredor, porém importante para a organização das linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixas exclusivas, uma estação Rodoviária (Dona Catharina Fernandez Welsh) e a Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixas exclusivas além do Terminal Metropolitano de Americana e a Estação de Transferência Abdo Najar. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, 6,2 km de faixas exclusivas e duas Estações de Transferência, a Amizade e a São Paulo.

- **Trecho Nova Odessa–Americana-Sta. Bárbara D'Oeste (24,3 km)**

Essa extensão do Corredor Metropolitano Biléo Soares foi concluída em dezembro de 2018 e inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro o trecho foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018), que envolve o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste, incluindo ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Além disso, o trecho envolve adequação do sistema viário nas Avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, as Estações de Embarque e Desembarque Ribeirão dos Toledos, Prefeito Isaias, Tivoli, Algodão, Alfredo Contatto, Limeira, Mônaco e Jurema, uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

- **Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (5,4 km)**

Extensão do corredor da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) que está com as obras em andamento. Nesse trecho já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018. Dentro desse contrato serão entregues duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, a Estação Transferência Peron, a Parada Rosolém, cinco estações de embarque e desembarque - Conjunto

Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II da Av. Lix da Cunha, em Campinas.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2018, a realização da gestão financeira demonstra que a EMTU/SP manteve a sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenção do Governo do Estado.

A gestão econômica registrou prejuízo contábil no montante de R\$ 23,642 milhões (prejuízo de R\$ 33,838 milhões em 2017). Este fato refletiu nos Índices de Liquidez, Grau de Endividamento e Margem Bruta. A apuração de resultado do exercício de 2018 está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do Balanço de 2018 da EMTU/SP.

3.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018

- **Receitas Próprias / Despesas de Custeio**

A execução orçamentária do exercício de 2018, em se tratando de Receitas Próprias e Despesas de Custeio, ocorreu satisfatoriamente dentro dos parâmetros estabelecidos no Orçamento Empresarial para o período. As Receitas Próprias alcançaram um nível de realização da ordem de 96,53% em relação ao projetado para o período, e as Despesas de Custeio 97,0%.

- **Investimentos – Realizado 2018**

Os Investimentos orçados para 2018 contaram com uma dotação inicial de recursos de R\$ 347,5 milhões aprovada pela LOA nº 16.646, de 11/01/2018, tendo sido disponibilizado, durante o exercício de 2018, R\$ 137,0 milhões, dos quais R\$ 132,8 milhões foram utilizados, representando um total de 96,9% de realização do recebido pela Companhia (Fonte 1 – GESP, Fonte 6 – DREM e Fonte 7 – CEF). Em relação ao aprovado em LOA, foi realizado apenas 38,0%, em virtude de contingenciamentos, e transferências de dotações para outras empresas, ocorridos durante o exercício. Do referido montante disponibilizado, foram realizados os seguintes valores: R\$ 70,5 milhões com recursos da Fonte 1 – Tesouro do Estado; R\$ 55,9 milhões da Fonte 006 – DREM (Desvinculação de Receitas Estados e Municípios), e R\$ 6,4 milhões de recursos originários da Fonte 7 - Operações de Créditos, totalizando R\$ 132,8 milhões.

- **Investimentos – Previsto 2019**

Para o exercício de 2019, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 372,4 milhões, aprovada pela LOA nº 16.923, de 07/01/2019. Após o abatimento do valor de R\$ 123,0 milhões referente ao contingenciamento estabelecido para os recursos oriundos da Fonte 001 - Tesouro do Estado e Fonte 006 – DREM, resulta um novo valor de dotação disponível de R\$ 249,4 milhões. Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 4,1 milhões e R\$ 45,5 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2018, perfaz o valor de R\$ 299,1 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa de Investimentos 3706- Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, do Governo do Estado de São Paulo, a ser desenvolvido pela EMTU/SP nas Regiões Metropolitanas.

4. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

4.1. PASSAGEIRO ESPECIAL

- **SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO**

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), em 2018 o Ligado transportou 6.028 passageiros (1.451 na RMC e 4.577 na RMSP), entre estudantes e acompanhantes. Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 98 na RMC e 436 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.057 unidades escolares, 209 na RMC e 848 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE. Nesse ano foram desenvolvidos o Sistema de Gestão (e-SEC), para o controle cadastral e operacional da demanda e da frota do serviço, além do aplicativo utilizado pela tripulação dos veículos, por meio de equipamentos móveis (Smartphone's ou Tablet's), que controlam o embarque e desembarque dos usuários.

- **Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES**

Em 2018 foram emitidas mais de 75 mil Carteiras de Identificação do Passageiro Especial para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. A carteira é entregue nas duas unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas, ou por meio do CAPES Móvel nas demais Regiões Metropolitanas. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado..

O “Treinamento continuado” é aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos. O objetivo é facilitar o acesso aos sistemas de emissão de laudos e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde, responsáveis pelo atendimento ao passageiro especial interessado em obter o benefício da gratuidade.

Região Metropolitana	Carteiras emitidas
RMSP	60.551
RMBS	7.689
RMC	2.709
RMVPLN	2.749
RMS	1.388
Total	75.086

4.2. RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

- **Campanhas**

Em 2018 a EMTU/SP realizou ações para os passageiros nos terminais metropolitanos como campanhas sociais, culturais e de saúde, em parcerias com instituições estaduais, municipais e da sociedade civil. Entre os temas estão prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis, incluindo distribuição de preservativos e testes rápidos, vacinação contra a febre amarela, campanha de prevenção do câncer de mama e de combate à hipertensão. Os passageiros também foram conscientizados com campanhas sobre o Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio de exposição, manifestações teatrais, apresentações musicais, entre outras ações.

- **Atendimento aos clientes e comunidades**

Em 2018, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente realizaram 146.708 atendimentos e deste total 87,15% relacionados a solicitações de informações. As principais solicitações foram sobre Passe Escolar, Itinerários e Serviços das Linhas Intermunicipais, e pedidos de Contatos de Empresas e Outros Órgãos. Reclamações e/ou denúncias representam 11,83% dos atendimentos, enquanto 1,02% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso - disponível nos nove terminais metropolitanos do Corredor ABD e no Terminal Metropolitano de Cotia, por carta, fax, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	42.837	29,20
	Serviços das linhas intermunicipais	25.322	17,26
	Telefone de empresas e de outros órgãos	15.232	10,38
	Itinerário	13.956	9,51
	Outras*	30.512	20,80
Subtotal		127.859	87,15
Demandas	Sugestões e Elogios	1.491	1,02
	Denúncias**	32**	0,02
	Reclamações	17.326	11,81
Subtotal		18.849	12,85
TOTAL		146.708	100

Outras (*)

*(Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe idoso e vale transporte).

Denúncias (**)

** (Informamos que todas as denúncias registradas no nosso sistema, após apuração caso a caso, se tratavam de reclamações, que foram redirecionadas e respondidas no prazo legal).

- **EMTU na Comunidade**

EMTU na Comunidade é um conjunto de ações de comunicação e relações públicas realizadas pelos consórcios de obras, direcionadas à população para esclarecimentos e orientação sobre a implantação dos empreendimentos da empresa. O Programa tem por objetivo garantir transparência ao processo de comunicação, interagindo com lideranças comunitárias, políticas, municipalidades, comunidades, mídias e associações.

Ao longo de 2018, o programa realizou levantamentos e cadastramentos socioeconômicos, comunicados à população, atendimento presencial nos canteiros de obras, distribuição de boletins, campanhas de utilidade pública, palestras e reuniões.

- **Redes Sociais, Internet e Imprensa**

Até dezembro de 2018 o Twitter da EMTU/SP contava com 49,6 mil seguidores; o Facebook, 26,7 mil e o Youtube mais de 1,4 mil internautas inscritos. Internet - Em 2018 o site www.emtu.sp.gov.br contava com mais de 3,7 milhões de usuários e cerca de 34,5 milhões de visualizações. Aplicativo – o aplicativo para celulares e tablets para consulta de linhas de ônibus, programação da viagem, tempo de percurso, manteve a média de 178 mil usuários ativos em dias de semana. Imprensa - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

- **Comunicação com Usuários**

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas. .

- **Eventos Técnicos**

Em abril a EMTU/SP participou da 62ª edição do Congresso Estadual de Municípios, juntamente com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Funcionários do Metrô, da CPTM e de empresas privadas visitaram o VLT da Baixada Santista durante a 24ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, realizada em agosto na cidade de São Paulo e promovida pela AEAMESP – Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô na cidade de São Paulo.

4.3. MEIO AMBIENTE

- **Gerenciamento Ambiental**

A EMTU/SP obteve em 2018, nas garagens das concessionárias da RMSP, informações técnicas e operacionais, fundamentadas no Programa Internacional **STAQ** - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar para verificar o desempenho ambiental das unidades, ação que indicará práticas que poderão ser adotadas pelas empresas para melhorar seus índices ambientais.

O STAQ foi desenvolvido por meio de convênio de cooperação técnica entre a EMTU/SP e a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, entidade que recebeu doação financeira do Banco Mundial para o desenvolvimento de estudos e metodologias para implantação de gerenciamento ambiental e inserção de tecnologias limpas no transporte metropolitano.

- **Certificação Ambiental**

A EMTU/SP, em conjunto com a Fundação Carlos Alberto Vanzolini – FCAV, está desenvolvendo um novo referencial técnico com especificação de critérios de desempenho a serem cumpridos, a fim de obter a certificação ambiental e energética Alta Qualidade Ambiental - AQUA-HQE para a infraestrutura de transporte público sob gestão da empresa.

Um convênio foi firmado com a FCAV com o intuito de desenvolver ações para a definição compartilhada de requisitos construtivos e operacionais, de utilização e gestão de materiais, insumos, recursos e processos ambientais e energéticos para os futuros empreendimentos de transporte público. Trata-se de uma ação inédita no setor com foco na promoção da sustentabilidade do sistema.

- **Programa Conscientizar**

O Programa Conscientizar visa diminuir a emissão de poluentes dos ônibus metropolitanos com a conscientização das empresas operadoras sobre a necessidade de manter os motores regulados. A emissão da fumaça preta é medida pelo opacímetro e em caso de reprovação do veículo, a operadora é notificada e na reincidência multada.

Região Metropolitana	Inspecções	Aprovação %
RMSP	6.317	79,01%
RMBS	1.311	97,64%
RMC	2.742	87,89%
RMVPLN	1.173	81,24%
RMS	562	84,52%

- **Eficiência energética - Placas de Captação de Energia Solar**

Entre outubro e dezembro foram instaladas placas de captação de energia solar em 20 Estações de Embarque e Desembarque do Corredor Metropolitano Biléo Soares, na RMC, nos municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste. As placas são conectadas com a rede da CPFL, gerando ao Estado um crédito em energia que pode ser utilizado nas próprias paradas e também em outros equipamentos metropolitanos. Com custo estimado de R\$ 6,7 mil por ponto de instalação, o investimento tem expectativa de ser recuperado em até três anos e um mês (*pay back*).

4.4. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)**

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP alinhada com as determinações impostas pela Lei Federal n. 13.303/16, conhecida como “Lei das Estatais”, criou a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, por intermédio do Ato do Presidente n. 37, de 1º de agosto de 2018, em consonância com os Estatutos Sociais da Empresa, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018, de maneira a disciplinar o estatuto jurídico, o regime societário e a função social, demonstrando seu engajamento pleno com as questões relacionadas aos Programas de Integridade e de Conformidade, bem como o efetivo comprometimento com a transparência e a ética, além de focar suas ações no impedimento dos atos de corrupção, fraude, assédio, discriminação e violação ao Código de Conduta e Integridade.

O Decreto nº 8.945/2016 regulamenta a Lei das Estatais no âmbito federal e permite que os Estados e Municípios estabeleçam as suas próprias normas regulamentares, sendo publicado no Estado de São Paulo, o Decreto nº 62.349/16, que regulamenta a citada Lei Federal.

A ACI organizou uma série de palestras, encontros e seminários direcionados aos empregados e gestores de diversas áreas da EMTU/SP sobre o tema “Marco Regulatório

nas Estatais”, com apresentações realizadas por representantes da Diretoria, Autoridades da Área Jurídica, Consultorias e Especialistas, com uma abordagem clara da nova lei, a importância do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos pela legislação e a necessidade dos treinamentos internos para a capacitação dos servidores à nova realidade.

Outra ação importante da ACI foi a criação do Código de Conduta e Integridade da EMTU/SP, que descreve as condutas esperadas dos funcionários e classifica aquelas passíveis de sanções. O principal objetivo é motivar o compromisso do Agente Público de agir com ética e atuar no combate à corrupção, à fraude e à discriminação.

Destacamos, finalmente, que nesse sentido muitos avanços ocorreram na Governança Corporativa, com ênfase para as seguintes atividades: Criação do Comitê de Ética, Canal de Denúncias, Treinamento e Mecanismo de Consulta Prévia ao Código de Conduta e Integridade, além dos Regimentos Interno da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e de Auditoria Interna. Reforço ainda outras conquistas do setor com a aprovação de Políticas, tais como: Distribuição de Dividendos, Transações com Partes Relacionadas, Comunicação e Porta-Vozes e Divulgação de Informações, dentre outras.

- **Parceria e Inovação**

Assessoria de Parcerias e Inovação (API) consolidou o E LAB-Experimentos em Transportes, segundo laboratório metropolitano de inovação da América Latina. Foram realizados dois hackathons metropolitanos - maratonas tecnológicas com foco em transportes sustentáveis e inovadores, mobilizando mais de 30 empresas de transportes e de mobilidade urbana, acadêmico, pesquisas e estatísticas e empresas do ecossistema de inovação, como o Mobilab da Prefeitura de São Paulo.

Em abril foi realizado o Hackemtu no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp que abordou os desafios de mobilidade urbana com foco no transporte público sustentável. A equipe vencedora, Vila Oculta do Hacka, formada por estudantes da Unicamp, apresentou um projeto que possibilita ao usuário monitorar o transporte metropolitano, contribuindo para a fiscalização, em tempo real, com informações sobre a qualidade dos serviços, da frota, lotação e cumprimento de horário.

Em novembro a EMTU/SP, a Universidade Mackenzie e a Scipopulis promoveram o HACKAMERICAS 2018, que contou com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da União Internacional de Transportes Públicos e o Youth For Public Transporte Foundation, Núcleo de Inovação da secretaria de Governo do Estado, Metrô de São Paulo, CPTM, ARTESP, Mobilab e a Yellow.

- **Recursos Humanos**

Educação no Trabalho - em novembro de 2018 constavam no quadro da empresa 85 estagiários de nível superior, contratados por intermédio do agente de integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.

Jovem Cidadão - A EMTU/SP é parceira da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, no programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho admitiu 14 estagiários.

Aprendiz – em atendimento à Lei 5598, de 1/12/2005, por intermédio do CAMP-SBC, em novembro de 2018, a empresa contou com 15 Aprendizes.

Treinamento – Até o mês de dezembro de 2018, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 2.704 horas de treinamento, apresentando a média de 5,98 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 69.069,06, representando uma média per capita de R\$ 152,81. Os treinamentos tiveram enfoques de capacitação e atualização profissional, destacando-se o significativo número de colaboradores treinados nos assuntos relacionados à “Prevenção de Combate ao Princípio de Incêndio, Abandono de Área e Primeiros Socorros”, cursos relacionados à “Capacitação para Criação de Núcleo de Inovação Tecnológica”, atualização relacionada às “Mudanças nas Licitações e Contratos das Empresas Estatais, de acordo com a Lei nº 13.303/16”, entre outros.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Expresso em R\$ mil)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	3	3.128	2.404
Aplicações Financeiras	3	63.004	65.444
Contas a Receber	4	45.779	34.520
Créditos Fiscais a Recuperar		241	-
Estoques		491	455
Créditos Diversos		754	939
Despesas Pagas Antecipadamente		226	430
Total do Circulante		113.623	104.192
NAO CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	5	6.030	5.613
Onibus Célula a Hidrogênio	4	3.100	3.100
Total		9.130	8.713
Imobilizado	6	2.152.055	2.034.612
Intangível	7	76.436	77.914
Total do não Circulante		2.237.621	2.121.239
TOTAL DO ATIVO		2.351.244	2.225.431

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

THEODORO DE ALMEIDA PUPO JUNIOR
Diretor-PresidenteMANOEL MARCOS BOTELHO
Diretor Administrativo e FinanceiroMARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor de Gestão OperacionalVERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Expresso em R\$ mil)

PASSIVO

	Nota	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	32.798	28.747
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		6.546	7.063
Provisão para Férias e Encargos		7.417	7.589
Contas a Pagar		3.452	4.337
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	10	118.057	89.454
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	9	21.255	26.378
Total do Circulante		<u>189.525</u>	<u>163.568</u>
NAO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.873	3.390
Depósitos Judiciais		2.693	1.277
Retenções Contratuais		390	334
Total do não Circulante		<u>5.956</u>	<u>5.001</u>
PATRIMONIO LIQUIDO			
Capital Autorizado	14	2.806.418	2.459.418
Capital a Subscrever		(480.368)	(319.856)
Capital Integralizado		2.326.050	2.139.562
Capital Atualizado		2.326.050	2.139.562
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(206.789)	(183.147)
Ajustes Patrimoniais		4.877	4.877
Adiantamento para Aumento de Capital		31.561	95.506
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.155.763</u>	<u>2.056.862</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.351.244</u>	<u>2.225.431</u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Expressa em R\$ mil)

		<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita Operacional Líquida		134.856	125.918
Custo dos Serviços Prestados		(70.244)	(68.980)
Lucro Bruto		<u>64.612</u>	<u>56.938</u>
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	10	(88.217)	(91.684)
Receitas Financeiras		3.306	2.685
Despesas Financeiras		(766)	(988)
Vales Transporte não Remidos	9	-	1.603
Outras Receitas Operacionais	11	5.514	6.736
Outras Despesas Operacionais	12	(4.104)	(8.163)
Variações Monetárias Passivas		(2.222)	(581)
Baixa de bens do Ativo Permanente		-	(4)
Receita de Doações Bens Ativo Permanente		38	-
Indenizações de Seguros Recebidos		1	-
		<u>(86.450)</u>	<u>(90.396)</u>
Prejuízo Operacional		<u>(21.838)</u>	<u>(33.458)</u>
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		<u>(21.838)</u>	<u>(33.458)</u>
Imposto de Renda		(1.370)	(285)
Contribuição Social sobre o Lucro		(434)	(95)
		-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		<u>(23.642)</u>	<u>(33.838)</u>
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		<u>(0,01)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado		Total	Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Autorizado	A Integralizar						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.459.418	(622.769)	1.836.649	64	200.983	4.877	(149.309)	1.893.264
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	302.913	302.913	-	(302.913)	-	-	-
Capital Integralizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	197.436	-	-	197.436
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(33.838)	(33.838)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.459.418	(319.856)	2.139.562	64	95.506	4.877	(183.147)	2.056.862
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Autorizado	347.000	(347.000)	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	186.488	186.488	-	(186.488)	-	-	-
Capital Integralizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	122.543	-	-	122.543
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(23.642)	(23.642)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.806.418	(480.368)	2.326.050	64	31.561	4.877	(206.789)	2.155.763

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Expressa em R\$ mil)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	67.848	31.110
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(23.642)	(33.838)
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	4.181	4.181
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.703)	4.323
Total	(22.164)	(25.334)
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	(8.556)	50.393
Créditos Fiscais a Recuperar	(241)	621
Estoque	(36)	484
Créditos Diversos	184	200
Despesas Pagas Antecipadamente	204	(345)
Total	(8.445)	51.353
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	4.051	(62.298)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	(517)	875
Provisão de Férias	(172)	136
Contas a Pagar	(885)	2.027
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	28.602	38.771
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	(5.122)	6.115
Total	25.957	(14.374)
Total das Atividades Operacionais	(4.652)	11.645
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Depósitos Judiciais	(417)	(246)
Imobilizado	(119.891)	(171.579)
Intangível	(254)	(110)
Total das Atividades de Investimento	(120.562)	(171.935)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	(516)	(597)
Depósitos Judiciais	1.416	-
Retenção Contratual	55	189
Capital Autorizado	347.000	-
Capital a Subscrever	(160.512)	302.913
Adiantamento para Aumento de Capital	(186.488)	(302.913)
Aumento de Capital	122.543	197.436
Total das Atividades de Financiamento	123.498	197.028
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	(1.716)	36.738
SALDO FINAL DO DISPONÍVEL	66.132	67.848

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	<u>31.12.2018</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>%</u>
RECEITAS	150.682		134.274	
Vendas de Serviços	147.979		138.601	
Provisão para Créditos Duvidosos	2.703		(4.323)	
Outras Receitas e Despesas	-		(4)	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(68.766)		(68.423)	
Custo dos Serviços Prestados	(23.614)		(22.787)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	(45.152)		(45.636)	
RETENÇÕES	(3.652)		(3.742)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(3.652)		(3.742)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	78.264		62.109	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.859		11.024	
Receitas Financeiras	8.859		11.024	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	87.123		73.133	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	87.123		73.133	
Pessoal e Encargos	71.934	82,57	71.234	97,40
Impostos, Taxas e Contribuições	28.282	32,46	26.957	36,86
Juros e Aluguéis	10.549	12,11	8.780	12,01
Prejuízo do Exercício	(23.642)	(27,14)	(33.838)	(46,27)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16.

Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública. A documentação para tal mudança está em tramite junto a Receita Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 4 – Contas a Receber e outros créditos; Nota 6 – Imobilizado e Nota 10 – Provisões para Contingência.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.3. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

- a) Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

b) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição.

d) Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário, incluindo os custos com implantação do Corredor ABD e do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC. As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 6).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas útil estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

f) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, custos de projetos de terminais e corredores pré-estruturais. As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 7).

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h) Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 118,057 mil, conforme nota explicativa nº 10.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na nota explicativa nº 5, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores legais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e Bancos	3.128	2.404
Aplicações Financeiras	63.004	65.444
TOTAL	66.132	67.848

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança.

4. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2018		31.12.2017	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	27.933	-	10.215	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.497	1.439	20.398	1.439
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1.999	-	2.031	-
Monitoramento	191	-	953	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	1.277	-	1.503	-
Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda.	1.067	-	1.520	-
Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil	-	3.100	-	3.100
Consórcio BUS +	-	-	386	-
Outros Créditos	12.370	279	9.473	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos	(9.555)	(1.718)	(11.959)	(1.718)
TOTAIS	45.779	3.100	34.520	3.100

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infra-estrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário.

A EMTU/SP em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, desenvolve o projeto "Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil".

Em 2012 foi transferida a titularidade de um ônibus protótipo para a EMTU/SP por meio do documento "Termo de Transferência de Titularidade de Bens" emitido pelo PNUD em conjunto com o MME, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo **Documento de Projeto** firmado entre o **Governo da República Federativa do Brasil** e o **PNUD**.

Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 13,253 milhões (R\$ 8,468 milhões em 2017).

A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 11,273 milhões (R\$ 13,677 milhões em 2017). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2018	31.12.2017
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	5.317	4.796
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	713	817
TOTAIS	6.030	5.613

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

6. IMOBILIZADO

	2018					2017
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.232	1.064	168	217
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	50	52.493	13.059	39.434	40.253
Edificações	1,1866% a 1,2400%	50	329	150	179	183
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.606	3.950	2.656	2.850
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.502	4.502	-	-
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	3.818	3.668	150	338
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.036	2.634	402	411
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	28.159	10.897	11.417
Imobilizações em Andamento	0%	-	2.087.832	-	2.087.832	1.977.792
Instalações	10%	10	1.429	1.374	55	109
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	601	10.282	1.042
TOTAIS			2.211.216	59.161	2.152.055	2.034.612

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

Em 31 de dezembro de 2.018 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 2.087.832 (R\$ 1.977.792 em 2.017) referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2018	31.12.2017
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	666.609	628.063
Obras em Andamento – Baixada Santista	1.027.014	1.006.323
Obras em Andamento – Campinas	391.584	341.677
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	656
TOTAIS	2.087.832	1.977.792

A movimentação do Imobilizado em Andamento durante o exercício de 2018, foi a seguinte:

	31.12.2017	Adições	Transferências	31.12.2018
				<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	628.063	45.289	6.743	628.063
Obras em Andamento – Baixada Santista	1.006.323	30.324	9.633	1.006.323
Obras em Andamento – Campinas	341.677	49.908	1	341.677
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	-	-	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	656	896	-	656
TOTAIS	1.977.792	126.417	16.377	2.087.832

A Companhia, através do seu Departamento Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

7. INTANGÍVEL

	2018					2017
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.567	5.193	374	320
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos e Desenvolvimento Sist. Trólebus	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	50	93.461	19.487	73.974	75.506
TOTAIS			118.618	42.182	76.436	77.914

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da revisão dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R\$ 4,877 milhões, lançados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em vigor, a “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2018 e de 2.017, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangíveis.

Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo

imobilizado e sua vida útil. Para fins dessa análise, a companhia constituiu uma comissão interna assessorada por consultores externos para a realização do estudo da expectativa de utilização dos bens, e a estimativa de vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos.

O valor justo apurado não difere significativamente do valor justo que o imobilizado possui em 31 de dezembro de 2.018.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

		<u>Até Dezembro de 2018</u>	
		Estimada	Definida
<u>A partir de Janeiro de 2018</u>			
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Maquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar.	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

8) FORNECEDORES

	2018		2017	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria da Receita Federal - Refis	595	2.532	595	3.049
CMT	21.332	-	98	-
Consórcio Biléo Soares	-	-	3.575	-
Consórcio PSD	-	-	1.194	-
Enpavi	-	-	2.673	-
Remição/Remição RTO/Senior	3.587	-	6.538	-
Programa Passe Livre	356	-	3.053	-
Consórcio VLT	-	-	2.955	-
Porto Seguro	1.177	-	1.057	-
TB	570	-	591	-
Mobibrasil	-	-	513	-
Noxxon	215	-	281	-
Headwayx	-	-	30	-
Ame	240	-	235	-
Logit	-	-	28	-
Pullin	-	-	25	-
Metra Sistema Metropolitano	307	-	9	-
Vetec	-	-	221	-
Benner	33	-	50	-
Prodesp	-	-	24	-
Protege	-	-	118	-
Bus+	1.034	-	155	-
CPOS	-	-	137	-
SPTrans	222	-	220	-
Sodexo	303	-	305	-
Ticket	121	-	122	-
Outros	2.706	341	3.945	341
TOTAIS	32.798	2.873	28.747	3.390

9. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2018	31.12.2017
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	21.255	26.378

O valor de R\$ 21.255 (R\$ 26.378 em 2017) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT's, e de convênios com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, entre outros.

Durante o exercício de 2017, a Companhia procedeu ao encerramento da série dos Vales Transportes faciais da Região Metropolitana de Campinas, sendo assim, foi registrada uma receita de vales transportes em trânsito não retornados após o encerramento da série, no montante de R\$ 1.602.665,35.

10. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista.

A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Trabalhistas	10.078	9.165
Cíveis e Fiscais	107.979	80.289
TOTAIS	118.057	89.454

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- SINFRET: Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução;
- Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II: constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4,919 milhões referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP;
- Consórcio Ferreira Guedes – Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17,473 milhões que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual;
- Consórcios INTERVIAS, ANHANGUERA, INTERNORTE e UNILESTE : A provisão constituída durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 10,264 milhões, se refere à ação que questiona suposta retenção de valores no ressarcimento das gratuidades dos benefícios do Sênior Paulista (Lei Estadual nº 15.187/2013) e do Passe Livre (Lei Estadual nº 15.692/2015), quando dos pagamentos realizados em maio/2018 para a compensação de valores devidos em favor da EMTU/SP a título de Parcela "A" do ressarcimento, pelo não reajuste tarifário em janeiro de 2014 (Processo STM nº 503/2014), classificado como risco alto em detrimento da matéria e de decisões judiciais favoráveis aos Consórcios.

11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 5.514 registrado em 2018 como outras receitas operacionais, R\$ 1.190 se refere ao recebimento de clientes e gerenciamento (RESEGE) no mês de agosto/2018, que foram anteriormente contabilizados como provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios anteriores.

12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 4.104 (R\$ 8.163 em 2017), registrado como outras despesas operacionais, R\$ 3.440 (R\$ 7.415 em 2017) se refere à constituição por estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.018.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 estão identificados a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	66.132	67.848
Contas a receber de clientes	45.779	34.520
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	32.798	28.747
Contas a pagar	3.452	4.337
Recebimentos antecipados	21.255	26.378

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

- b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Disponibilidade - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos á vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS e a dívida relacionada ao ICMS sobre tração, são exigíveis em curto prazo.
- Risco de Crédito – decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeira sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 232.604.990.561 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 2018 o valor de R\$ 2.326.049.905,61 (R\$ 2.139.561.926,64 em 2017), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (Deemed cost) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2018, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 31.561.230,33 (95.506.815,86 em 31.12.2017) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

15. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2018, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada á remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada á participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

THEODORO DE ALMEIDA PUPO JUNIOR
Diretor-Presidente

MANOEL MARCOS BOTELHO
Diretor Administrativo e Financeiro

MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT-CRC – 1SP – 145.904/O-2
CPF-952.677.438-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 das demonstrações contábeis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus

assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2.019.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

BALANÇO SOCIAL 31 de Dezembro de 2018 e 2017

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2018		31.12.2017	
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA
Desenvolvimento Gerencial	-	-	-	-
Integração	100	1,35	87	1,52
Aperfeiçoamento Profissional	5	30	-	-
Especialização e Atualização	30	2,23	153	12,62
Capacitação e Reciclagem	164	11,01	81	8,00
Eventos	153	0,05	224	0,17
TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO	452		545	
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2018		31.12.2017	
Número de Cursos	65		12	
Empregados Treinados	452		545	
Homens / Horas	5,98		22,31	
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	69		43	

INDICADORES SOCIAIS	31.12.2018		31.12.2017	
	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	505	0	498	0
Exame Admissional	10	-	5	-
Exame Demissional	19	-	7	-
Exame Periódico	476	-	486	-
Atendimento Ambulatorial	-	-	-	-
SERVIÇO SOCIAL	64	21	58	26
Licença Maternidade	4	-	3	-
Licença Paternidade	7	-	6	-
Visita Social / Assistencial	9	2	15	3
Auxílio Doença	13	-	4	-
Retorno ao Trabalho	11	-	3	-
Nascimentos	11	-	8	-
Falecimentos	1	15	1	23
Apoio – atendimento interno e externo	7	3	16	-
Dependência Química/outros	1	1	2	-
QUALIDADE DE VIDA	240	0	289	11
Vacinação anti-gripal	240	-	289	11
Palestra/Saúde/Qvt	-	-	-	-
SEGURANÇA DO TRABALHO	390	328	545	315
Número de Acidente de Trabalho	7	-	13	-
Treinamento de Desfibrilador externo ⁽¹⁾	45	7	-	-
Participantes			-	-
Treinamento de Primeiros Socorros	76	35	85	27
Treinamento de Combate a Incêndio	76	35	85	27
SIPAT	165	248	341	258
CIPA	21	3	21	3
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS	1.199	349	1.390	352

*Exame admissional de não empregados= Estagiários e jovens cidadãos

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO		
	31.12.2018 (R\$ mil)	31.12.2017 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	134.856	125.918
Resultado Operacional (RO)	23.641	33.458
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	67.468	66.950

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.722	7,00	3,50	4.746	7,09	3,77
Encargos Sociais Compulsórios	15.444	22,89	11,45	15.526	23,19	12,33
Saúde	12.157	18,02	9,01	10.814	16,15	8,59
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	116	0,17	0,09	136	0,20	0,11
Auxílio Creche	142	0,21	0,11	162	0,24	0,13
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	75	0,11	0,06	37	0,06	0,03
Outros	868	1,29	0,64	750	1,12	0,60
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	33.524			32.171		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Pesquisa de Imagem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Pesquisa de Origem e Destino	-	-	-	-	-	-
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.643	11,18	1,96	2.808	8,39	2,23
Serv. Especial Ligado – SEE	379	1,60	0,28	321	0,96	0,25
Outros	312	1,32	0,23	320	0,96	0,25
Total das contribuições para a sociedade	3.334			3.449		
Tributos (excluídos encargos sociais)	15.963			14.259		
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	19.297			17.708		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.596	6,74	1,18	1.455	4,34	1,16

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
	31.12.2018	31.12.2017
Nº de empregados ao final do período	508	517
Nº de admissões durante o período	10	5
Nº de demissões durante o período	19	8
Nº de diretores ⁽¹⁾	3	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	7	7
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) ⁽²⁾	331	315
Nº de estagiários	79	71
Nº de jovem cidadão	13	14
Nº de aprendizes	15	15
Nº de empregados acima de 45 anos	344	329
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	8	9
Efetivos por sexo: Homens ⁽³⁾	407	403
Mulheres	202	209
Efetivos por tempo de serviço – média/ano ⁽³⁾	12	11anos
Efetivos por faixa etária – média/ano ⁽³⁾	45	45
% de cargos de chefias ocupados por mulheres ⁽⁴⁾	22,64%	18,37%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa ⁽³⁾	146	141
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos ⁽⁴⁾	3,77%	4,08%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	4	5
Número de portadores de deficiência / necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9%	9,9%

Observações:

(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP:

Áreas	2018	2017
<i>Locação de veículos auxiliares:</i>	72	68
<i>Manutenção Predial e Jardinagem</i>	40	36
<i>Jardinagem:</i>		
<i>Portaria:</i>	65	50
<i>Limpeza:</i>	34	31
<i>Copeiragem:</i>	4	4
<i>Vigilância / Segurança:</i>	70	81
<i>Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs</i>	36	36
<i>Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):</i>	3	5
<i>Gerenciamento de Obras</i>	4	1
<i>Malote e Mov. Correspondências:</i>	3	3
Total	331	315

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens cidadãos.

(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES		
	31.12.2018	31.12.2017
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> diretores e gerentes	<input checked="" type="checkbox"/> diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> diretores e gerentes	<input checked="" type="checkbox"/> diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla: ⁽¹⁾	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	Na empresa :17.358 No Procon: 56 Na justiça: 99	Na empresa: 17.343 No Procon: 41 Na justiça: 95
% de reclamações e críticas atendidas:	Na empresa 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa:100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2018		31.12.2017	
Região Metropolitana de São Paulo	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	131.845	100	134.784	100
Informação	117.466	89,09	119.750	88,85
Reclamação	13.285	10,08	14.145	10,49
Sugestão	895	0,68	727	0,54
Elogios	199	0,15	162	0,12
Região Metropolitana da Baixada Santista	Nº	100	Nº	%
Total de Ligação Recebida	4.899	100	5.224	100
Informação	3.657	74,65	3.805	72,84
Reclamação	1.097	22,39	1.285	24,60
Sugestão	108	2,20	116	2,22
Elogios	37	0,76	18	0,34
Região Metropolitana de Campinas	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	5.503	100	5.403	100
Informação	2.926	53,17	4.050	74,96
Reclamação	2.432	44,19	1.243	23,00
Sugestão	131	2,38	101	1,87
Elogios	14	0,25	9	0,17
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	2.874	100	3.184	100
Informação	2.529	88,00	2.708	85,05
Reclamação	290	10,09	411	12,91
Sugestão	54	1,88	61	1,91
Elogios	1	0,03	4	0,13

Região Metropolitana de Sorocaba	Nº	%	Nº	%
Total de Ligação Recebida	1.587	100	1.992	100
Informação	1.281	80,72	1.684	84,54
Reclamação	254	16,01	259	13,00
Sugestão	51	3,21	44	2,21
Elogios	1	0,06	5	0,25

	31.12.2018	31.12.2017
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	32,46% Governo (27,14%) Acionistas 82,57% Colaboradores 12,11% Terceiros %	36,86% Governo (46,27%) Acionistas 97,40% Colaboradores 12,01% Terceiros %

Observação:

(1) PLR prevê a participação de todos os empregados nos resultados da empresa.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração da EMTU/SP

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguarção para obter asseguarção razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2018, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2018;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2018; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social 2018 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2018 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2.019.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2018, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, nos pronunciamentos favoráveis dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	RODRIGO SERGIO DIAS
Conselheiros:	MARCO ANTONIO ASSALVE PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES CLÁUDIA POLTO DA CUNHA DANILO FERREIRA GOMES GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY
Conselheiros Independentes:	REINE ANTÔNIO BORGES ROGÉRIO ROSON
CONSELHO FISCAL	
Membros:	ANDREY PRISON DA SILVA IZADORA CHANSKY COHEN EDMILSON BEZERRA CAMPOS DE SOUZA FÁBIO MORAES DA SILVA
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador:	CLÓVIS AILTON MADEIRA
Membros:	ANDRÉ DE ARAUJO SOUZA ANTONIO EDSON MACIEL DOS SANTOS
DIRETORIA	
Diretor- Presidente:	THEODORO DE ALMEIDA PUPO JUNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro:	MANOEL MARCOS BOTELHO
Diretor de Gestão Operacional:	MARCO ANTONIO ASSALVE
<p style="text-align: center;">VERA APARECIDA PIFFER Contadora CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2</p>	